ISSN:2594-6153

Educação Ambiental na Educação Infantil brasileira: um panorama das publicações científicas nos últimos 15 anos

Jussimara da Conceição Santos; Laís Samira Correia Nunes

Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade de Ecossistemas Costeiros e Marinhos (Mestrado em Ecologia), UNISANTA, Santos/SP, Brasil

E-mail: santosjussimara171@gmail.com

Resumo: Neste trabalho foi realizada uma revisão sistemática de literatura envolvendo estudos sobre Educação Ambiental (EA) na Educação Infantil (EI) no Brasil publicados no Portal de Periódicos CAPES entre 2011 e 2025. Foram analisadas as principais características dos 56 artigos selecionados na busca. A região Sul teve o maior número de publicações (27), juntamente com trabalhos de abrangência nacional (20). A maioria dos estudos foi realizada envolvendo a comunidade escolar (46%) e poucos focaram apenas nos estudantes (3%). Grande parte dos estudos teve caráter prático (58,9%), com predominância de temáticas relacionadas às práticas pedagógicas (20%) e formação de sujeitos ecológicos e éticos (12,73%). Dentre os estudos teóricos (36,36%), destacam-se a análise de documentos norteadores da EI e as correntes, tendências e metodologias em EA. Observou-se uma lacuna quanto à participação infantil nos estudos, indicando possibilidade de ampliação desta abordagem em pesquisas futuras para o aprimoramento da EA na primeira infância.
Palavras-chave: Primeira infância, Práticas educativas, Métodos de ensino.

Environmental Education in Brazilian Early Childhood Education: An Overview of Scientific Publications over the Last 15 Years

Abstract: We conducted a systematic literature review of studies on Environmental Education (EE) in Early Childhood Education (ECE) in Brazil, published on the Portal de Periódicos CAPES between 2011 and 2025. We analyzed the main characteristics of the 56 articles selected in the search. The Southern Region accounted for the highest number of publications (27), followed by studies with a national scope (20). The majority of studies involved the school community (46%), while few focused exclusively on students (3%). A large proportion of the studies had practical approach (58.9%), with a predominance of themes related to pedagogical practices (20%) and the formation of ecological and ethical subjects (12.73%). Among the theoretical studies (36.36%), notable topics included the analysis of guiding documents for ECE and the various currents, trends, and methodologies in EE. A gap was observed regarding children's participation in the studies, indicating a possibility for expanding this approach in future research to enhance EE in early childhood.
Keywords: Early childhood, Educational practices, Teaching methods.

Introdução

No contexto brasileiro, a consolidação da Educação Ambiental (EA) na Educação Infantil (EI) pode ser compreendida a partir de um conjunto de marcos normativos. Embora a Política Nacional de Educação Ambiental já estabelecesse a EI como integrante da educação escolar e

determinasse o desenvolvimento da EA como prática educativa integrada, contínua e permanente [1], as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, instituídas pela Resolução CNE/CEB nº 5/2009 e difundidas pelo MEC em 2010, representaram importante avanço ao reconhecer a criança como sujeito histórico e de direitos, capaz de observar, experimentar, narrar e construir sentidos sobre a natureza e a sociedade [2].

A primeira infância representa uma fase particularmente permeável às influências sociais e ambientais, período no qual as experiências educativas assumem papel crucial na formação de atitudes alinhadas à sustentabilidade [3]. Por isso, investir em práticas de EA nessa etapa inicial da vida escolar configura-se como uma oportunidade estratégica para consolidar valores socioambientais desde os primeiros anos, contribuindo para a formação de cidadãos conscientes e comprometidos [4,5]. Essa abordagem da EA visa desenvolver competências essenciais para a atuação consciente em distintas realidades socioambientais [1,4].

Entretanto, a implementação da EA formal na EI ainda é limitada, frequentemente associada a atividades pontuais e datas comemorativas. Entre os principais desafios destacam-se a formação insuficiente dos professores e o "emparedamento" das práticas em EA, restritas ao espaço escolar [5,6]. Soma-se a isso a carência de estudos nacionais que analisem sistematicamente essas práticas, reforçando a necessidade de pesquisas que contribuam para o fortalecimento crítico da EA na primeira infância [7,8].

Objetivos

Este estudo busca analisar, por meio de uma revisão de literatura, as principais características das publicações sobre EA direcionadas à EI no Brasil nos últimos 15 anos (2011-2025), a fim de ampliar a reflexão sobre como estas pesquisas podem contribuir para o aprimoramento da EA na primeira infância.

Material e Métodos

Para a revisão sistemática de literatura, nós utilizamos a plataforma Portal de Periódicos CAPES, com acesso via Comunidade Acadêmica Federada (CAFe) da UNISANTA. A busca avançada incluiu as expressões "Educação Ambiental" AND "Educação Infantil" no título, com foco em artigos científicos de instituições brasileiras, em periódicos nacionais ou internacionais, em português, inglês ou espanhol, no período de 2011 a 2025. Os critérios de exclusão foram artigos em repetição, trabalhos acadêmicos (resumos de congresso, dissertações e teses) e publicações cujo título não continha ambas as palavras-chave especificadas. Para a análise, coletamos os seguintes dados: (a) número de publicações por ano; (b) distribuição regional dos

estudos no Brasil; (c) público-alvo das pesquisas; (d) métodos empregados (caráter teórico e/ou prático); e (e) temáticas abordadas nos estudos.

Resultados e Discussão

A busca resultou em um total de 70 artigos. Após a aplicação dos critérios de exclusão, 56 artigos foram selecionados para análise. Os anos de 2023 e 2025 registraram o maior número de publicações (8 em cada ano). Destacam-se os anos de 2020 e 2023 com publicações de caráter prático, teórico e teórico-prático. Não foram encontradas publicações nos anos de 2012, 2013 e 2015 (Figura 1).

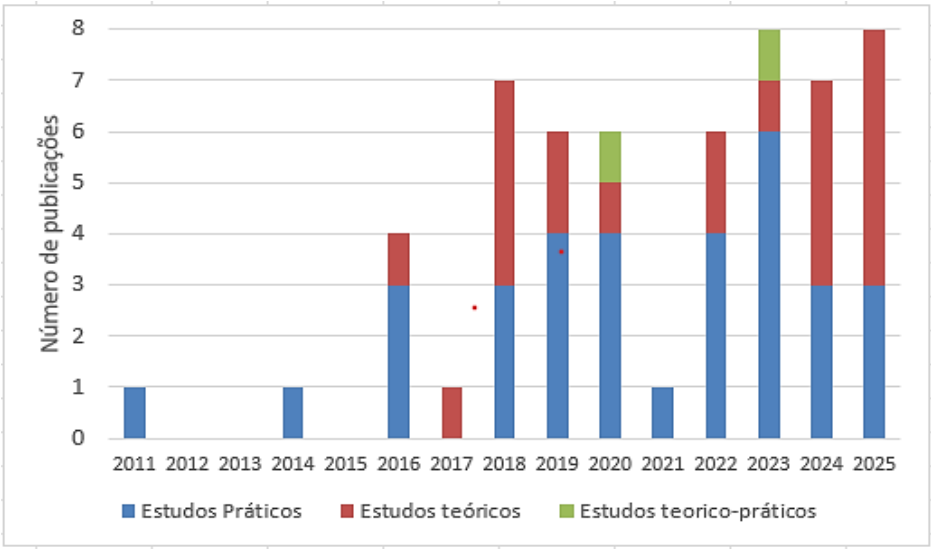

Figura 1. Número de publicações por ano, com destaque para número de estudos de caráter prático, teórico e teórico-prático.

Observamos uma tendência de aumento no número de publicações a partir de 2018 (Figura 1), provavelmente impulsionado pela implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que abriu caminho para políticas e práticas nesse período [9]. Esse fato pode ter contribuído para a ampliação da produção científica no campo da EA na EI [10,11].

A região brasileira com a maior quantidade de publicações foi a Sul (48%), seguidas das regiões Sudeste (6%), Nordeste (5%) e Norte (5%). Não foram encontradas publicações para a Região Centro-Oeste. Destacam-se os estudos com abrangência nacional correspondendo a 36% do total de publicações (Figura 2A).

A predominância de estudos voltados à comunidade escolar (28%) e aos professores (23%), em detrimento daqueles centrados exclusivamente nos estudantes (3%) (Figura 2B), pode estar relacionada ao contexto apontado por Bandeira [6], que discute o confinamento dos

estudantes, restringindo práticas que envolvam contato direto com a natureza. Nesse sentido, a participação conjunta de professores e estudantes (23%) pode favorecer a diversificação das práticas educativas, possibilitando abordagens participativas e lúdicas que estimulem o pensamento crítico e ampliem as experiências de interação com o ambiente. Essas possibilidades estão alinhadas aos princípios da EA, especialmente quando integrada às dinâmicas pedagógicas e às experiências concretas dos sujeitos [6,12].

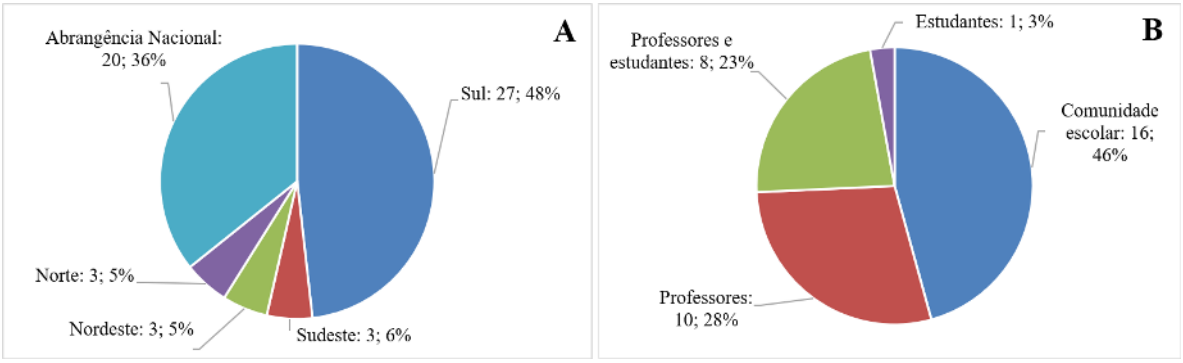

Figura 2. (A) Distribuição regional dos estudos no Brasil, com destaque para o número de estudos por região e sua porcentagem em relação ao total de publicações; (B) Público-alvo dos estudos.

Os estudos de caráter prático foram maioria, correspondendo a 58,9% do total das publicações (Figura 1; Figura 3). Essa tendência reforça a produção de relatos de experiências e intervenções pedagógicas voltadas para o contato mais próximo da criança com a natureza [6,9,13], o que pode possibilitar práticas de sensibilização ambiental. Quanto aos estudos teóricos (36,36%), observamos que estes podem indicar uma busca por fundamentação conceitual e revisão crítica sobre a EA na primeira infância [14,3], especialmente quanto à análise de documentos norteadores e metodologias.

As publicações abordaram uma diversidade de temáticas ambientais, com destaque para estudos práticos envolvendo Práticas pedagógicas (20%); estudos práticos e teóricos acerca da Formação de sujeitos ecológicos e éticos (12,7%); e estudos práticos, teóricos e teórico-práticos sobre Correntes e Tendências da EA (14,5%) e Relação criança-natureza (10,9%) (Figura 3). Esse panorama evidencia a diversidade de enfoques mobilizados nas pesquisas, ao mesmo tempo em que aponta para uma expressiva presença de discussões de caráter teórico, conceitual e filosófico. Nesse sentido, Souza [5] chama atenção para a importância de discutir a EA como uma prática intencional no contexto da sensibilização ambiental na EI. Em contrapartida, Agroecologia, Meliponicultura, Políticas públicas e Percepção ambiental na primeira infância figuraram entre

os temas menos explorados, indicando possibilidades de ampliação e diversificação das agendas de pesquisa sobre EA na EI [3].

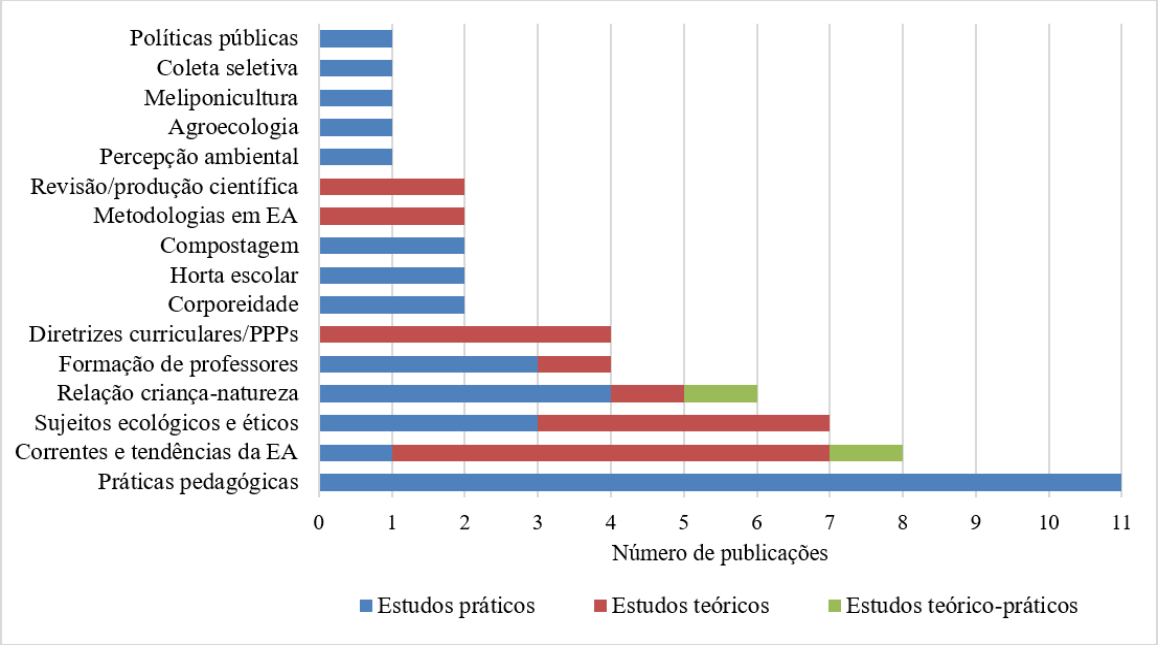

Figura 3. Abordagens temáticas das publicações, com destaque para o número de publicações e o caráter prático, teórico ou teórico-prático estudos sobre cada temática ambiental.

Conclusões

Apesar da predominância de estudos práticos, observa-se a necessidade de ampliar investigações centradas nas crianças, considerando suas experiências, percepções e formas de participação nos processos de EA. A concentração regional das publicações e a diversidade ainda limitada de algumas temáticas também evidenciam lacunas na produção científica nacional. Nesse sentido, ampliar o olhar sobre a participação infantil pode favorecer a diversificação e o aprimoramento das práticas de EA na primeira infância.

Referências

1. Brasil. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF; 28 abr 1999.
2. Brasil. Ministério da Educação; Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Diário Oficial da Brasília; 18 dez 2009. Seção 1:18.
3. Saheb D, Rodrigues DG. A educação ambiental na educação infantil: limites e possibilidades. Cad Pesqui. 2016;23(1):81-94. doi:10.18764/2178-2229.v23n1p81-94.

4. Quintas JS, editor. Pensando e praticando a Educação Ambiental na Gestão do Meio Ambiente. 3ª ed. Brasília: Ibama; 2006. 204 p. (Coleção Meio Ambiente. Série Educação Ambiental).
5. Souza MCC. Educação Ambiental e as trilhas: contextos para a sensibilização ambiental. RevBEA.2014.9(2):239-53.
6. Bandeira MNP. Infância e natureza: práticas de Educação Ambiental na Educação Infantil. Ensino Perspect. 2025;6(1):1-15.
7. Lima GF da C. Educação ambiental crítica: do núcleo orientador às redes de ação. Educação e Pesquisa. 2009;35(1):145-63.
8. Carvalho ICM. A pesquisa em educação ambiental: perspectivas e enfrentamentos. Pesqui Educ Ambient. 2020;15(1).
9. Machado Castelli C, Coll Delgado AC. Educação ambiental na educação infantil: brinquedos e materiais para bebês e crianças bem pequenas. Momento. 2023 Apr 10;32(1):116-45.
10. Fujioka BMZ, Cruz LAN, Oliveira EM. A Educação Ambiental apresentada na BNCC e no PCN: uma breve análise. Cad Educ. 2021;20(40):147-66.
11. Lima WRX, et al. O sequestro/presença da Educação Ambiental na BNCC. Rev Bras Educ Ambient. 2023;18(6):373-92.
12. Ramos JC, et al. Práticas de Educação Ambiental na educação infantil: Mata Atlântica, nosso bioma! Rev Bras Educ Ambient. 2023;18(5):129-54.
13. Spinelli CS, Zucco J, Euzébio JS. Educação ambiental: refletindo sobre a relação criança e natureza na educação infantil. 2020;33(1).
14. Luccas MB, Bonotto DMB. Educação ambiental e educação infantil em dissertações e teses brasileiras: conhecimentos, valores e participação política presentes nas práticas pedagógicas relatadas. ACTIO: Docência em Ciências. 2020;5(2):1-22.

Material Suplementar

Os artigos que compõem o banco de dados desta revisão sistemática de literatura encontram-se disponíveis no link**:**

https://drive.google.com/drive/folders/1R6SY79yNIL9KgrKHf5BLrjm0BjErL3Ho?usp=sharing